

Educação permanente com agentes comunitários de saúde para promoção da saúde bucal do bebê

*Francisco Anderson de Sousa Sales¹
Slayton Frota Sá Nogueira Neves²
Thaúsi Frota Sá Nogueira Neves Souza³
Maria Caroline Pinho Nogueira⁴
Geanne Maria Costa Torres⁵
Maria Rocineide Ferreira da Silva⁶
José Auricélio Bernardo Cândido⁷
Tassel Frota Sá Nogueira Neves⁸*

Resumo

Os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) exercem papel estratégico nas ações de educação em saúde, mobilização social e fortalecimento do vínculo entre a população e as equipes de saúde. Tal atuação evidencia a importância da educação permanente desses profissionais, especialmente no contexto da

¹ Graduado em Odontologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

E-mail: andersonsousasales@alu.ufc.br

² Graduado em Odontologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Especialista em Periodontia pela Universidade Camilo Castelo Branco. Mestre em Saúde da Família pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: sfrotta@msn.com

³ Graduada em Odontologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Especialista em Odontopediatria pela Universidade Camilo Castelo Branco. Mestre em Ciências Fisiológicas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: thausifrota@yahoo.com.br

⁴ Graduada em Fisioterapia pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Especialista em Fisioterapia Respiratória e Cardiovascular pela UNIFOR. Especialista em Fisioterapia Intensiva Neonatal e Pediátrica pela UNYLEYA.

E-mail: carolnogueyra@hotmail.com

⁵ Graduada em Enfermagem pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Especialista em Saúde da Família pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Saúde da Família pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: gmctorres@hotmail.com

⁶ Graduada em Enfermagem pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Especialista em Saúde da Família pela Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP/CE). Mestre em Saúde Pública pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Pós-doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora adjunta do Curso de Enfermagem da UECE e da pós-graduação nos Programas de Saúde Coletiva, Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde, e Mestrado Profissional em Saúde da Família. E-mail: rocineide.ferreira@uece.br

⁷ Graduado em Enfermagem pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Especialista em Saúde da Família pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Mestre em Saúde da Família pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: jabcauricelio60@hotmail.com

⁸ Graduado em Odontologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Especialista em Endodontia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Especialista em Ciência Forense pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: tasselfrota@hotmail.com

atenção primária, com foco na dimensão comunitária. O presente estudo tem como objetivo relatar uma experiência de atividade educativa voltada aos ACSs, abordando a saúde bucal do bebê e a importância da puericultura odontológica. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, realizado em fevereiro de 2025, em uma Unidade Básica de Saúde do município de Horizonte-CE. A atividade contou com a participação de um estudante de Odontologia, um cirurgião-dentista da unidade e cinco ACSs. Utilizou-se a metodologia da problematização, com base no Arco de Maguerez, composto por cinco etapas. Observou-se elevado interesse dos participantes, que conseguiram relacionar os conteúdos abordados às realidades da comunidade e reconheceram seu papel fundamental na orientação à população. Os temas que geraram maior engajamento e discussão foram: amamentação exclusiva, higiene bucal do bebê e acompanhamento odontológico nos primeiros mil dias de vida, incluindo o período gestacional. A experiência evidenciou que ações de educação permanente voltadas aos ACSs são fundamentais para ampliar seus conhecimentos e reforçar sua atuação no cuidado materno-infantil. Contribui-se, assim, para uma atenção mais qualificada, humanizada e voltada às reais necessidades da população atendida.

Palavras-chaves: Agentes Comunitários de Saúde; Saúde Bucal; Educação Permanente; Promoção da Saúde.

Abstract:

Community Health Workers (CHWs) play a strategic role in health education, social mobilization, and strengthening the bond between health teams and the population within their territories. This highlights the importance of investing in their continuing education, particularly within the scope of primary care and its community dimension. This study aims to report the experience of a continuing education activity for CHWs focused on infant oral health and the importance of dental care during early childhood. This is a descriptive study, presented as an experience report, conducted in February 2025 at a Primary Health Care Unit in the municipality of Horizonte, Ceará, Brazil. The activity involved a dental student, the unit's dentist, and five CHWs. The methodology was based on the problematization approach using Maguerez's Arch, structured in five stages. The participants showed high engagement and were able to relate the content to their community's context, recognizing their essential role in health promotion. Topics that generated the most discussion included exclusive breastfeeding, infant oral hygiene, and the importance of dental follow-up during the first 1,000 days of life, including pregnancy. The experience revealed that continuing education on maternal and infant oral health enhances the quality of care provided by CHWs. It also promotes a more humanized and personalized approach, contributing to the effectiveness of health promotion strategies within the community.

Keywords: Community Health Workers; Oral Health; Education, Continuing; Health Promotion.

Introdução

A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) representa um processo essencial de ensino-aprendizagem integrado à rotina dos trabalhadores, promovendo uma análise crítica sobre os processos de trabalho. Com o objetivo de formar e capacitar os profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS), a PNEPS desempenha um papel crucial na garantia de um serviço de saúde eficiente e de excelência, impulsionando avanços significativos na área da saúde (ALMEIDA *et al.*, 2016).

Nessa abordagem, a Estratégia Saúde da Família (ESF) se destaca ao trabalhar continuamente no desenvolvimento de habilidades, na formulação de soluções inovadoras e no atendimento às variadas demandas da comunidade e das equipes, dentro do cenário da Atenção Primária à Saúde (APS). As ações de educação permanente, como parte dessa conjuntura, possibilitam novas perspectivas, favorecendo inovações nas práticas de cuidado e ampliando o potencial de resolutividade dos serviços (ANDRADE *et al.*, 2013; LIMA *et al.*, 2020).

Nesse modelo, os Agentes Comunitários de Saúde (ACSs) ocupam posição central ao conectar as necessidades locais às equipes de saúde, fortalecendo o vínculo entre comunidade e sistema de saúde. Suas atribuições incluem a identificação de situações de risco, orientação das famílias e comunidades, e o encaminhamento de casos às equipes da ESF, reforçando a integração do cuidado (GONÇALVES, 2011; SOUSA, SANTANA, 2011; BRASIL, 2012; BRASIL, 2016).

Em vista disso, o trabalho dos ACSs é essencial tanto no planejamento local de ações de saúde, quanto no fornecimento de dados para sistemas de informação do Ministério da Saúde, contribuindo para estratégias nacionais (RODRIGUES; SANTOS; ASSIS, 2010; BENDER *et al.*, 2016; ALONSO; BÉGUIN; DUARTE, 2018). A fim de desempenharem sua função adequadamente, é imprescindível que sejam capacitados a compreender a realidade da população, identificar suas necessidades e comunicarem-se com ela de maneira clara. Sua expertise no território possibilita a execução de atividades educativas, individuais e coletivas, ampliando os caminhos para

intervenções eficazes, especialmente no campo da saúde infantil e, em particular, na puericultura odontológica (MARZARI, JUNGES, SELLI, 2011; BENDER *et al.*, 2016; GODOI *et al.*, 2018).

A puericultura odontológica, com enfoque nos primeiros mil dias de vida da criança, representa uma oportunidade crucial para a promoção de hábitos saudáveis, visto que, na Odontologia, os cuidados bucais devem iniciar-se ainda no pré-natal para prevenir problemas futuros e assegurar um desenvolvimento infantil saudável (FERREIRA *et al.*, 2010; CUNHA, LEITE, ALMEIDA, 2015; MALAQUIAS, GAIVA, HIGARASHI, 2015). Durante as visitas domiciliares, os ACSs desempenham um papel vital ao disseminar informações sobre aleitamento materno e cuidados bucais, além de monitorar fatores sociais e ambientais que influenciam a saúde infantil (DEL CIAMPO *et al.*, 2006; NUNES *et al.*, 2018; SANTOS, MEIRELES *et al.*, 2021).

Apesar disso, pesquisas apontam que a capacitação dos ACSs é insuficiente, o que compromete sua atuação frente às complexidades do território (ALONSO; BÉGUIN; DUARTE, 2018). Investir em educação permanente é uma necessidade evidente para prepará-los para os desafios diários, fortalecendo sua capacidade de orientar corretamente a população e atuar na promoção de saúde e prevenção de agravos (DUARTE, SILVA, CARDOSO, 2007; FROTA, 2017; GODOI *et al.*, 2018).

Destaca-se a contribuição dos ACSs no âmbito da saúde bucal do bebê como estratégica para o sucesso da puericultura odontológica. Por meio do planejamento de ações integradas com a equipe de saúde e da aplicação prática dessas ações no território, eles promovem a adesão das famílias às práticas preventivas (BENDER *et al.*, 2016; ALONSO; BÉGUIN; DUARTE, 2018). Assim, os ACSs não apenas enriquecem o trabalho das equipes da ESF com suas vivências e conhecimentos do território, mas também viabilizam uma atenção ampliada à saúde e fortalecem os vínculos com a comunidade assistida.

Dessa forma, a capacitação contínua dos profissionais de saúde é indispensável para que possam enfrentar as complexidades do processo saúde/doença, incorporar saberes práticos e teóricos e gerar impactos positivos em suas intervenções, o que valoriza os ACSs e contribui para o fortalecimento

do Sistema Único de Saúde (SUS), elevando a qualidade do cuidado às famílias e à comunidade (VIDAL, MOTTA, SIQUEIRA-BATISTA, 2015; SIMAS, PINTO, 2017). Nesse sentido, o estágio extra-muro surge como uma estratégia eficaz de educação permanente em saúde, valorizando as vivências dos profissionais e promovendo a transformação das práticas em consonância com os princípios do SUS. Adicionalmente, a educação permanente permite identificar as demandas dos ACSs, assegurando que suas orientações sejam embasadas em conhecimento técnico, enquanto práticas fundamentadas em ética e responsabilidade fortalecem os conhecimentos dos trabalhadores e garantem uma assistência eficaz e qualificada (MELO *et al.*, 2023).

Com base no exposto, este estudo tem como finalidade relatar a experiência de uma atividade de educação permanente realizada com ACSs em uma Unidade de Atenção Primária à Saúde localizada no município de Horizonte, Ceará. O foco principal da iniciativa recaiu sobre os cuidados com a saúde bucal do bebê, tendo como objetivo capacitar os ACSs, promover a construção de conhecimentos teóricos e estimular a reflexão crítica acerca da temática. Como resultado, buscou-se empoderar a população adscrita, além de fortalecer as práticas educativas e preventivas durante os primeiros mil dias de vida do bebê, período crucial para a puericultura odontológica.

Metodologia

Este estudo descritivo, do tipo relato de experiência, tem como foco a construção e aplicação de uma ação de educação permanente, desenvolvida a partir das atividades realizadas no estágio do programa Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC), vinculado à Universidade Federal do Ceará (UFC). O referido programa oferece aos estudantes do 9º período do curso de Odontologia a oportunidade de imersão em municípios do estado do Ceará, possibilitando a vivência prática da rede local de serviços de saúde, com ênfase na saúde bucal. As atividades do estágio estão inseridas no contexto da Atenção Primária à Saúde (APS), contemplando tanto práticas clínicas específicas da atenção básica quanto ações coletivas voltadas para a comunidade e espaços sociais.

No Brasil, a APS, também chamada de Atenção Básica (AB), constitui o principal ponto de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo a Estratégia Saúde da Família (ESF) a base prioritária para sua expansão e consolidação (Brasil, 2012). Nessa perspectiva, conforme apontado por Martins et al. (2024), o estágio em unidades básicas de saúde é crucial para a formação dos estudantes, pois proporciona uma experiência prática que integra teoria e prática profissional, contribuindo significativamente para o desenvolvimento das competências dos graduandos.

A ação foi realizada em fevereiro de 2025, na Unidade Básica de Saúde Maria do Carmo Nogueira, localizada no distrito de Queimadas, município de Horizonte, Ceará. Participaram da atividade cinco ACSs da unidade. Para a capacitação, foram adotadas metodologias ativas de ensino e aprendizagem, como discussões temáticas mediadas por *brainstorming*, relatos de conhecimentos prévios, o uso de recursos tecnológicos (apresentações em *PowerPoint*), jogo educativo e a distribuição de materiais informativos.

A vivência foi organizada com base na metodologia da problematização proposta pelo Arco de Maguerez, que é composta por cinco etapas principais (Figura 1), descritas a seguir, conforme Bordenave e Pereira (2014):

- 1) Observação da realidade: durante as atividades práticas do estágio curricular obrigatório, identificaram-se fragilidades na atuação das ACSs no que diz respeito à captação, acompanhamento e promoção da saúde bucal de puérperas e bebês da comunidade de Queimadas.
- 2) Levantamento de pontos-chave: esta etapa foi realizada em colaboração com o Cirurgião-Dentista (CD) da unidade, responsável pela supervisão das ACSs e pela educação em saúde. Foram identificados temas de pouco domínio por parte das ACSs, como: importância da puericultura odontológica e dos primeiros mil dias de vida do bebê; amamentação e os benefícios para a saúde bucal do bebê; fases e cuidados no período da erupção dos dentes decíduos; higiene bucal e introdução do flúor após irrompimento do primeiro dente decíduo; dieta cariogênica e os cuidados com a introdução alimentar do bebê; o uso da chupeta

e a sucção digital como hábitos deletérios; traumatismos dentários e como lidar com possíveis ocorrências; importância da unidade de saúde para a puérpera; comunicação entre agente de saúde e família do bebê; e importância do planejamento das visitas e do acolhimento da puérpera e do bebê na unidade de saúde.

3) Teorização: esta fase envolveu pesquisa em bases de dados científicas, como *PubMed*, *SciELO* e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), além da base de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da saúde (LILACS) e Portal de Periódicos da CAPES, utilizando os descritores “saúde bucal”, “puericultura”, “educação em saúde” e “atenção básica”. Os critérios de inclusão abrangeram artigos publicados nos idiomas português, inglês e espanhol nos últimos 10 anos, e foram excluídos aqueles duplicados ou desalinhados com o tema, resultando na seleção de cinco estudos para fundamentar a ação educacional.

4) Hipóteses de solução: após análise dos dados, decidiu-se realizar uma ação de educação permanente utilizando metodologias participativas, dialógicas e problematizadoras. Foram elaborados *folders* informativos, apresentações e dinâmicas interativas, como um quiz com placas de “verdadeiro” e “falso”, para facilitar a aquisição de conhecimento e avaliar o nível de conhecimento dos participantes sobre a temática após a atividade educativa. No tocante à aplicação do quiz interativo, as perguntas abordaram questões essenciais, como: “É necessário utilizar creme dental com flúor a partir do nascimento do primeiro dente”; “O uso de mordedores ajuda a aliviar a dor da erupção dos dentes?”; “Até que idade é recomendado o aleitamento materno exclusivo?”; e “O acompanhamento pela puericultura odontológica deve ocorrer apenas após o surgimento dos primeiros dentes?”.

5) Retorno com aplicação à realidade: a intervenção foi realizada na manhã do dia 13 de fevereiro de 2025, com início às 9h, na sala de Educação em Saúde da unidade. A atividade de educação permanente contou com a participação de cinco ACSs e foi conduzida por meio de uma exposição dialogada, distribuição de *folders* informativos e aplicação de um quiz interativo. Durante a ação, foram abordados temas essenciais, como aleitamento materno, condições clínicas

buciais do bebê, a importância da unidade de saúde para a puérpera, a comunicação entre ACS e família, além do planejamento das visitas domiciliares e do acolhimento da mãe e do recém-nascido na unidade de saúde.

Como parte da ação, foi elaborado e disponibilizado um infográfico estratégico de orientações para a realização de visitas domiciliares puerperais, destacando a importância da atenção básica na prevenção de problemas bucais da puérpera e do bebê. O material apresenta diretrizes essenciais para a manutenção da saúde oral, como escovação adequada, uso de creme dental fluoretado e a adoção de hábitos alimentares saudáveis que minimizem fatores de risco associados à cárie dentária na primeira infância. Ressalta, ainda, o papel dos ACSs na educação das famílias, incentivando o aleitamento materno exclusivo e uma transição alimentar segura. Também aborda cuidados específicos para as gestantes, considerando os impactos das alterações hormonais na saúde bucal e a necessidade do acompanhamento odontológico no pré-natal. Ao sistematizar essas recomendações de forma acessível e direcionada, o guia fortalece o papel dos ACSs na disseminação de ações preventivas, promovendo uma abordagem integrada e contínua para a saúde bucal da comunidade, com repercussões positivas ao longo da vida.

Figura 1 - Esquema representativo do Arco de Maguerez.



Fonte: Adaptado de Bordenave e Pereira (2014).

Resultados

De acordo com a vivência acerca da ação de educação permanente aos ACS, foi possível levantar vários questionamentos à literatura, os quais

demonstram que os ACS precisam estar preparados para repassar informações às mães e aos cuidadores dos bebês que atendem, como no caso de temas relacionados à higienização adequada da cavidade oral do bebê, aleitamento materno exclusivo até os 6 meses de idade, introdução alimentar, relação entre padrão de dieta e doença cárie, doenças orais frequentes em gestantes, puericultura odontológica, entre outras informações relevantes à população.

Desse modo, durante a ação, os Agentes Comunitários demonstraram grande interesse, realizando perguntas e interagindo ao longo de todos os tópicos abordados. Os principais assuntos que despertaram interesse foram relacionados à amamentação, ao uso de dentifrício fluoretado na erupção do primeiro dente decíduo e à importância do acompanhamento odontológico na fase gestacional e na puericultura. Nesse contexto, foi possível trocar informações vivenciadas por uma Agente Comunitária, que compartilhou nunca ter sido instruída sobre o tema, o que contribuiu para um maior aprofundamento do assunto e para uma melhor fixação da temática pelos ACSs.

Outrossim, o aleitamento materno exclusivo até os 6 meses e a recomendação de evitar o consumo de alimentos açucarados até os 2 anos, também foi um tema de grande relevância, em que os participantes também demonstraram grande interesse. Foi possível identificar através das dúvidas dos ACSs que existem puérperas que oferecem outros alimentos para os seus bebês, pois acreditam que o leite materno produzido é insuficiente, ou ainda, oferece chá aos bebês para aliviar as cólicas. No entanto, em muitos casos, o problema não estava na quantidade do leite produzido, ou na cólica recorrente, mas sim na pega da mama inadequada, a qual o bebê suga muito ar (causa da cólica) e consome pouco leite (causa de fome constante).

Outro assunto foi a prática correta de higienização da cavidade oral do bebê em aleitamento materno exclusivo. Sem a presença de dentes, não é necessário realizar a limpeza da cavidade oral. A gaze e/ou fralda umedecida podem ser utilizadas de forma complementar na higiene dental do bebê com poucas unidades dentárias erupcionadas, com atenção especial à higienização noturna, principalmente após a alimentação no meio da noite, quando dentes decíduos já

estiverem presentes. A ausência dessa higienização aumenta o risco de cárie precoce na infância (Silva, 2015; Associação Brasileira de Odontopediatria, 2019).

Esses assuntos proporcionaram momentos de trocas de conhecimento, dialogados pelo estagiário e pelo cirurgião-dentista da unidade, e demonstrados por meio de uma cartilha autoexplicativa que continha o passo a passo da higienização adequada, além da importância do acompanhamento odontológico, sendo visível o interesse pelo tema e a adesão à dinâmica.

Ademais, todos os questionamentos foram respondidos, e os participantes demonstraram grande agradecimento e satisfação pela capacitação. Demonstraram ainda interesse em que os estagiários retornassem à unidade de saúde para abordar outros temas relacionados à saúde bucal, pois afirmaram que sempre gostam de aprender sobre novos assuntos e entendem a importância da profissão do ACS no desenvolvimento de estratégias para a promoção e prevenção de doenças e agravos.

Discussão

Os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) têm papel central no funcionamento da Estratégia Saúde da Família (ESF), atuando diretamente no elo entre as equipes de saúde e a comunidade. Suas funções são estratégicas e complexas, focando na educação em saúde e disseminação de informações. Contudo, foi identificada uma lacuna no conhecimento científico atualizado desses profissionais, essencial para o desempenho adequado de suas funções. Apesar disso, os ACS demonstram interesse em buscar informações e integrar práticas que aprimorem os cuidados ofertados à população (NÓBREGA *et al.*, 2017; GODOI *et al.*, 2018). Assim, a atividade realizada na unidade, por meio das temáticas discutidas, favoreceram o aprofundamento do conhecimento e estimularam o debate sobre a promoção da saúde bucal, fortalecendo a atuação desses profissionais no território e, conseqüentemente, aprimorando a qualidade dos serviços oferecidos aos usuários, em especial, puérperas e bebês.

Dentro dessa ótica, os primeiros mil dias de vida do bebê, conhecidos como "janela de oportunidades", destacam-se como período crucial para intervenções na saúde infantil. Essa fase, que abrange desde a concepção até o segundo ano de vida, é considerada essencial para estabelecer hábitos e atitudes com repercussões ao longo de todo o ciclo vital do indivíduo. Inclusive, a garantia de nutrição adequada e desenvolvimento saudável durante esse período é prioridade em diversas estratégias de saúde pública (CUNHA, LEITE, ALMEIDA, 2015; MALAQUIAS, GAIVA, HIGARASHI, 2015; MACAMBIRA, 2016).

Partindo dessa premissa, a atuação dos ACS se torna fundamental ao implementar ações específicas durante os primeiros mil dias, como visitas domiciliares que permitem identificar precocemente situações de vulnerabilidade. Essas visitas facilitam, por exemplo, o acesso a consultas odontológicas, com vistas à prevenção e tratamento de agravos à saúde bucal tanto da mãe quanto do bebê. A puericultura odontológica, nesses termos, é uma prática relevante e integrada à atuação multiprofissional, favorecendo diagnósticos precoces e intervenções efetivas (CORRÊA, 2017; SANTOS, MEIRELES *et al.*, 2021).

No âmbito da saúde bucal do bebê, um tema de grande importância é o incentivo ao aleitamento materno exclusivo, que, aliado ao manejo adequado da mama, proporciona benefícios físicos, psíquicos e cognitivos para a mãe e o bebê (SOUZA, COSTA, SENA *et al.*, 2021; SANTOS, MEIRELES *et al.*, 2021). A amamentação materna exclusiva até os 6 meses deve ser incentivada, uma vez que o leite materno oferece todos os nutrientes necessários para o crescimento e desenvolvimento do bebê, sem a necessidade de água, chás ou outros alimentos nesse período, com introdução gradual de outros alimentos a partir dos seis meses. Além do mais, a amamentação desempenha um papel crucial no desenvolvimento do sistema estomatognático, ao estimular o crescimento maxilar e mandibular, o posicionamento adequado da língua, o selamento labial e uma respiração nasal eficiente, reduzindo o risco de o bebê se tornar um respirador bucal (MIOTTO *et al.*, 2014). A sucção no peito, um ato que envolve movimentos musculares e mandibulares mais complexos que a

sucção reflexa, contribui para a normalização do retrognatismo natural e o desenvolvimento adequado dessa estrutura (ABANTO, 2019).

Em contrapartida, a interrupção precoce do aleitamento pode levar a problemas sistêmicos como diarreia, maior taxa de hospitalizações por doenças respiratórias, deficiência na absorção de nutrientes essenciais, como ferro e zinco, além de agravos ao desenvolvimento do sistema estomatognático, do ponto de vista do desenvolvimento facial do bebê (BRASIL, 2009; MIOTTO *et al.*, 2014; ABANTO, 2019). Durante as consultas e visitas domiciliares, cabe aos profissionais de saúde informar às mães sobre esses benefícios e estimular a amamentação exclusiva até os 6 meses, assegurando o pleno desenvolvimento do bebê.

Quanto aos hábitos de higiene bucal, a literatura recomenda que, em bebês em aleitamento materno exclusivo e sem a presença de dentes, não é necessária a limpeza da cavidade oral (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOPEDIATRIA, 2019). Contudo, com a erupção do primeiro dente, torna-se indispensável o uso do creme dental fluoretado, cuja concentração não deve exceder 1100 ppm de flúor. A quantidade de creme deve ser ajustada à idade e à capacidade motora da criança de eliminar o excesso do produto: até os 3 anos, recomenda-se o equivalente a um grão de arroz cru, enquanto após essa idade a medida deve corresponder ao tamanho de uma ervilha pequena (PARANÁ, 2018). À vista disso, a capacitação dos ACS é imprescindível para garantir que essas orientações sejam transmitidas de forma precisa às famílias, promovendo ações educativas que fortaleçam o vínculo entre profissional e comunidade, com impactos positivos na saúde bucal das gestantes e dos bebês.

Seguindo essa perspectiva, a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) configura-se como um instrumento estratégico para enfrentar os desafios cotidianos vivenciados pelos ACSs. Sua finalidade é proporcionar maior segurança, aprimorar as competências técnicas e científicas e qualificar as práticas voltadas ao cuidado da comunidade, permitindo a transformação das práticas de saúde em conformidade com os princípios norteadores do Sistema Único de Saúde (SUS). Em essência, a PNEPS visa

reorientar as equipes de saúde, motivando os profissionais a expandirem seus horizontes e contribuírem de forma mais eficiente para a gestão e dinâmica das práticas em saúde. Por meio da educação permanente, que combina aprendizado contínuo e o compartilhamento de experiências ao longo da vida, os ACS desenvolvem competências que lhes permitem adotar abordagens holísticas e individualizadas para atender, de forma mais eficaz, às diversas necessidades de cada indivíduo (PINHEIRO, AZAMBUJA, BONAMIGO, 2018; BRASIL, 2018).

Nesse aspecto, a educação permanente dos ACSs é uma necessidade fundamental no contexto atual do Brasil. Diante dos avanços na Atenção Primária e da consequente evolução da Estratégia Saúde da Família (ESF), torna-se essencial que a capacitação desses profissionais acompanhe essa progressão, garantindo uma assistência qualificada e efetiva à população. Esse processo formativo é caracterizado por um conjunto de atividades educativas voltadas à atualização contínua dos trabalhadores, proporcionando tanto o aprimoramento profissional quanto uma participação mais eficaz na rotina dos serviços de saúde (GUERRA; MELO-JÚNIOR; FROTA, 2018).

A implementação de um programa de educação permanente baseado na interdisciplinaridade favorece a integração entre os membros da equipe de saúde, promovendo o compartilhamento de conhecimentos e o fortalecimento da aprendizagem colaborativa (BRASIL, 2016; FROTA, 2017; MENEZES *et al.*, 2017). Existem diversas abordagens para a concretização desse processo educativo, mas é fundamental que ele esteja alinhado ao desenvolvimento de competências, aquisição de novas habilidades e transformação de práticas, sempre com o objetivo de aprimorar a qualidade da assistência prestada à comunidade (SOUSA, SANTANA, 2011; BENDER *et al.*, 2016; SIMAS, PINTO, 2017; ALONSO; BÉGUIN; DUARTE, 2018).

A interdisciplinaridade e o intercâmbio de conhecimentos no ambiente de trabalho são fatores determinantes para o sucesso de programas de educação permanente. Tais iniciativas proporcionam maior interação entre os membros das equipes de saúde, promovendo a aprendizagem colaborativa e o

aprimoramento profissional. Nesse ínterim, a implementação dessas estratégias resulta em um impacto direto na qualidade da assistência prestada à população (BRASIL, 2016; FROTA, 2017; MENEZES *et al.*, 2017).

Além disso, destaca-se o conceito de Estágio Extra-Muro, que conecta ensino, pesquisa e extensão, viabilizando a troca de saberes entre a universidade e a comunidade. Essa integração promove a democratização do conhecimento acadêmico e a participação ativa das comunidades em ações educativas e científicas, com impacto positivo na construção de práticas inovadoras de cuidado (SERRANO, 2018).

Ainda que reconheça os benefícios da educação permanente, o estudo enfrenta algumas limitações, como o reduzido número de participantes envolvidos e a dificuldade de identificar a totalidade das demandas diárias enfrentadas pelos ACS. Essas limitações reforçam a necessidade de ampliar os esforços para a capacitação contínua e o fortalecimento do diálogo com esses profissionais. Apesar dessas limitações, os avanços observados na educação permanente demonstram impactos positivos significativos. A ampliação do conhecimento técnico e científico dos ACS tem contribuído para a melhoria da qualidade da assistência, fortalecendo os vínculos com a população atendida e garantindo um cuidado integral às gestantes, puérperas e bebês.

Por fim, ao integrar educação permanente, interdisciplinaridade e parcerias institucionais, como a promovida pelo Estágio Extra-Muro, cria-se um ambiente propício para a transformação das práticas de cuidado. A experiência destacou a importância do estágio extra-muro, promovendo uma comunicação transformadora entre universidade e comunidade, o que possibilitou uma visão crítica sobre o papel do ACS na melhoria da saúde bucal de gestantes, puérperas e bebês, bem como a necessidade de sua capacitação para oferecer uma assistência holística. A atividade também proporcionou o empoderamento dos ACS nos temas abordados e facilitaram a troca de experiências entre a equipe da ESF e o acadêmico, promovendo a construção de conhecimento. Essa integração ensino-serviço revelou-se uma ferramenta valiosa, gerando benefícios mútuos e contribuindo para uma transformação qualificada que

resulta em melhorias na assistência à saúde e na qualidade de vida da comunidade. Esses esforços refletem o compromisso contínuo com a qualificação dos ACS e a promoção de uma assistência mais eficiente e humanizada, consolidando o papel desses profissionais como agentes transformadores e multiplicadores na saúde pública.

Considerações Finais

Por conseguinte, a experiência vivenciada permitiu vivenciar a importância da comunicação que o estágio extra-muro promove entre universidade e comunidade, possibilitando uma visão crítica sobre a importância do ACS para a melhoria de saúde bucal das gestantes, puérperas e bebês, e como eles precisam estar bem capacitados para oferecer uma assistência holística. Para além disso, a ação de educação permanente se mostrou importante para aprimorar os conhecimentos dos ACS e tornar a sua assistência mais integral e, consequentemente, contribuir para a promoção da saúde dos usuários que estão sob seus cuidados. Foi possível observar que as informações que ali foram discutidas servirão de grande utilidade na comunidade a qual os ACSs são atuantes. Por fim, a ação vivenciada enfatiza a importância da integração ensino-serviço como ferramenta de formação qualificada de mão dupla, onde tanto acadêmico quanto profissionais de saúde saem fortalecidos desta integração.

Referências

- ABANTO, J.; DUARTE, D. A.; FERES, M. *Primeiros mil dias do bebê e saúde bucal*. São Paulo: Napoleão/Quintessence, 2019.
- ALBUQUERQUE, S. S. L. et al. A influência do padrão de aleitamento no desenvolvimento de hábitos de sucção não nutritivos na primeira infância. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 15, n. 2, p. 371–378, 2010.
- ALMEIDA, J. R. D. et al. Educação Permanente em Saúde: uma estratégia para refletir sobre o processo de trabalho. *Revista ABENO*. v. 16, n. 2, p. 07-15, 2016.

ALONSO, C. M. C.; BÉGUIN, P. D.; DUARTE, F. J. C. M. Work of community health agents in the Family Health Strategy: meta-synthesis. *Revista de Saúde Pública*, v. 52, p. 14, 2018.

ANDRADE, A. C. V. et al. Planejamento das ações educativas pela equipe multiprofissional da Estratégia Saúde da Família. *O Mundo da Saúde, São Paulo*, p.439-449, 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOPEDIATRIA. *Orientações aos pais sobre cuidados com a saúde bucal do bebê e das crianças*. 2019.

BENDER, K. G. et al. Condições e modificações no processo de trabalho: concepções de Agentes Comunitários de Saúde. *Revista Jovens Pesquisadores*, v. 6, n. 2, 2016.

BERBEL, N. A. N. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, v. 32, n. 1, p. 25–40, 2011.

BORDENAVE, J. D. PEREIRA, A. M. *Estratégias de Ensino Aprendizagem*. Petrópolis: Vozes, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Guia Prático do Agente Comunitário de Saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Saúde da Criança: Nutrição Infantil*. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Política Nacional De Atenção Básica*. 7. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde (BR). *Diretrizes para Capacitação de Agentes Comunitários de Saúde em Linhas de Cuidado*. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. *Política Nacional de Educação Permanente em Saúde: o que se tem produzido para o seu fortalecimento?* / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da

Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação na Saúde – 1. ed. rev. – Brasília : Ministério da Saúde, 2018.

CARDOSO, F. A. et al. Capacitação de agentes comunitários de saúde: experiência de ensino e prática com alunos de Enfermagem. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 64, n. 5, p. 968–973, 2011.

CORRÊA, M. S. N. P. *Odontopediatria na primeira infância. Uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Quintessence, 2017.

CUNHA, A. J. L. A.; LEITE, Á. J. M.; ALMEIDA, I. S. Atuação do pediatra nos primeiros mil dias da criança: a busca pela nutrição e desenvolvimento saudáveis. *Jornal de Pediatria*, v. 91, n. 6, p. 44–51, 2015.

DEL CIAMPO, L. A. et al. O Programa de Saúde da Família e a Puericultura. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 11, n. 3, p. 739–743, 2006.

DUARTE, L. R.; SILVA, D. S. J. R.; CARDOSO, S. H. Construindo um programa de educação com agentes comunitários de saúde. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 11, n. 23, p. 439–447, 2007.

FERREIRA, J. M. S. et al. Conhecimento de pais sobre saúde bucal na primeira infância. *Pediatria Moderna*, Paraíba, v. 46, n. 6, p. 224-230, nov/dez. 2010.

FROTA, Y. B. *Capacitação de agentes comunitários de saúde para orientação e acompanhamento dos usuários diabéticos e hipertensos cadastrados na equipe de saúde urbana III UBS Gerson Kettle*. Trabalho de conclusão de curso. Porto Alegre: Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, 2017.

GODOI, B. B. et al. Capacitação de agentes comunitários de saúde no município de diamantina-MG. *Revista Ciência em Extensão*, v. 14, n. 1, p. 54–69, 2018.

GONÇALVES, R. H. P. *Construção de um projeto de intervenção em saúde bucal para uma escola municipal de Cabo Verde*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família, Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para obtenção do título de Especialista, 2011.

GUERRA, H. S.; MELO-JÚNIOR, C. A. D. C.; FROTA, R. S. Educação continuada para agentes comunitários de saúde: uma visão acadêmica. *Extensio: Revista Eletrônica de Extensão*, v. 15, n. 28, p. 101–107, 2018.

LIMA, W. L. S. et al. Percepções sobre a importância da educação interprofissional na formação dos profissionais de saúde: relato de experiência de um grupo do PET-Saúde/ Interprofisisionalidade. *Revista de Saúde Coletiva da UEFS*, v.10, n. 1, 2020.

MACAMBIRA, D. S. C. *Ações da odontologia em consultas de puericultura na Estratégia Saúde da Família*. Dissertação. Universidade Federal do Ceará- UFC. 2016.

MALAQUIAS, T. S. M.; GAIVA, M. A. M.; HIGARASHI, I. H. Percepções dos familiares de crianças sobre a consulta de puericultura na estratégia saúde da família. *Rev Gaúcha Enferm.* v. 36, n.1, p. 62-68. 2015.

MARTINS, L. M. et al. Vivência do estágio supervisionado do SUS, em uma unidade básica de saúde no município de Nossa Senhora do Socorro, Sergipe: relato de experiência. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 7, n. 1, p. 2277–2284, 2024.

MARZARI, C. K.; JUNGES, J. R.; SELLI, L. Agentes comunitários de saúde: perfil e formação. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, n. suppl 1, p. 873–880, 2011.

MELO, D. F. C. et al. Educação permanente com agentes comunitários de saúde: potencialidades de uma formação norteada por residentes multiprofissionais. *Saúde Coletiva (Edição Brasileira)* [Internet], v. 13, n. 88, p. 13314-13323, 2023.

MENEZES, J. A. et al. Critical and Reflexive Training of Community Health Workers: a Strategy for the Active Professional Education in and for the Brazilian Unified Health System. *DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde*, v. 12, n. 4, p. 849–864, 2017.

MIOTTO, M. H. M. B. et al. Aleitamento materno como fator de proteção contra a instalação de hábitos bucais deletérios. *Revista CEFAC*, v. 16, n. 1, p. 244–251, 2014.

NÓBREGA, W. F. S. et al. O agente comunitário de saúde como multiplicador de conhecimentos em saúde bucal: uma revisão sistematizada da literatura. *Archives of Health Investigation*, v. 6, n. 10, 2017.

NUNES, C. A. et al. Visitas domiciliares no Brasil: características da atividade basilar dos Agentes Comunitários de Saúde. *Saúde em Debate*, v. 42, n. 2, p. 127–144, 2018.

PARANÁ. Conselho Federal de Odontologia. *Guia de Orientação para saúde bucal nos primeiros anos de vida*. Sociedade Paranaense de Pediatria. Paraná, 2018.

PINHEIRO, G.W; AZAMBUJA, M.S; BONAMIGO, A.W. Facilidades e dificuldades vivenciadas na Educação Permanente em Saúde, na Estratégia Saúde da Família. *Saúde em Debate*. v. 42, n. 4, p. 187-197, 2018.

RODRIGUES, A. Á. A. O.; SANTOS, A. M.; ASSIS, M. M. A. Agente comunitário de saúde: sujeito da prática em saúde bucal em Alagoinhas, Bahia. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 15, n. 3, p. 907–915, 2010.

SANTOS, A. C.; MEIRELES, C. P. A importância da amamentação exclusiva nos seis primeiros meses de vida e o papel da enfermagem. *Revista Coleta Científica*, v. 5, n. 9, p. 58–69, 2021.

SERRANO, R. M. S. M. *Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire*. Grupo de Pesquisa em Extensão Popular, 2018.

SILVA, P. D. C. et al. Cárie precoce da infância, qualidade de vida e tratamento: revisão de literatura. *Uningá Review*, v. 24, n. 3, 2015.

SIMAS, P. R. P.; PINTO, I. C. M. Trabalho em saúde: retrato dos agentes comunitários de saúde da região Nordeste do Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, n. 6, p. 1865–1876, 2017.

SOUSA, M. A. G.; SANTANA, F. O. Trabalho e a qualificação profissional dos agentes comunitários de saúde. *Educere*, v. 1, n. 1, p. 10111–10123, 2011.

SOUZA, C. F.; COSTA, M. I. D.; SENA, C. P. Papel do enfermeiro na orientação do aleitamento materno: relato de experiência. *Revista Multidisciplinar em Saúde*, v. 2, n. 4, p. 158, 2021.

VIDAL, S. V.; MOTTA, L. C. S.; SIQUEIRA-BATISTA, R. Agentes comunitários de saúde: aspectos bioéticos e legais do trabalho vivo. *Saúde e Sociedade*, v. 24, n. 1, p. 129–140, 2015.